

HABEAS CORPUS Nº 548.539 - SP (2019/0356776-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : HEITOR FELIPPE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HEITOR FELIPPE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por HEITOR FELIPPE em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (*Habeas Corpus* n. 0043130-79.2019.8.26.0000).

Os autos dão conta de que o impetrante/paciente, alegando que não cometeu a falta grave a ele imputada, impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão de e-STJ fls. 20/22.

Nas razões do presente *writ*, o impetrante/paciente reafirma a alegação originária, almejando impedir que ele "*seja penalizado antes do trânsito em julgado do Processo 0001690-45.2018.8.26.0063*" (e-STJ fl. 8).

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se que a petição inicial é de difícil compreensão, bem como que os autos vieram desacompanhados das peças processuais necessárias à compreensão da controvérsia.

Assim, em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, inclusive reclamando o envio de cópia das peças dos autos pertinentes à solução da controvérsia.

Requeira-se, inclusive, a senha necessária para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição

Superior Tribunal de Justiça

determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública do Estado de origem. Caso não possua representação nesta Capital, enviem-se os autos à Defensoria Pública da União para que requeira o que entender cabível em favor do paciente, em razão da ausência de defesa técnica.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao interessado.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator